



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANDRYELLE ADELINO CABRAL**

**EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SEGUNDO A NBC T-15: UM  
ESTUDO NAS EMPRESAS DE ALTO POTENCIAL POLUIDOR LISTADAS NA B3  
NO PERÍODO DE 2006 A 2017**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**ANDRYELLE ADELINO CABRAL**

**EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SEGUNDO A NBC T-15: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE ALTO POTENCIAL POLUIDOR LISTADAS NA B3 NO PERÍODO DE 2006 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof. Me. Risolene Alves

**JOÃO PESSOA  
2018**

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C117e Cabral, Andryelle Adelino.

Evidenciação de informações ambientais segundo a NBC T-15: Um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listadas na B3 no período de 2006 a 2017 / Andryelle Adelino Cabral. – João Pessoa, 2018.  
34f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Msc. Risolene Alves de Macena Araújo.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Alto potencial poluidor. 2. Informações ambientais. 3. NBC T-15. I.  
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:657(043.2)

**EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SEGUNDO A NBC T-15:  
UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE ALTO POTENCIAL POLUIDOR  
LISTADAS NA B3 NO PERÍODO DE 2006 A 2017**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA**

*Risolene Alves de Macena Araújo*

Presidente: Professor(a). Me(a). Risolene Alves De Macena Araújo

Instituição: UFPB

*Epitácio Ezequiel de Medeiros*

Membro: Professor(a). Me(a). Epitácio Ezequiel de Medeiros

Instituição: UFPB

*Adriana F. de Vasconcelos*

Membro: Professor(a) Dr.(a) Adriana Fernandes de Vasconcelos

Instituição: UFPB

João Pessoa, 07 de junho de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por estar sempre me dando forças e sabedoria para conseguir alcançar meus objetivos, pois sem Ele eu nada seria.

Aos meus pais, minha base, Adriana Adelino, por sempre me apoiar em minhas decisões e estar comigo em todos os momentos me dando forças, por todo o incentivo, companheirismo e por toda a confiança depositada em mim; e José Eduardo, por ter contribuído tanto para a minha formação e também pela confiança depositada em mim. Amo vocês.

Ao meu irmão, por suportar meus estresses nos piores dias dessa caminhada. Amo você.

À toda a minha família por todo apoio, incentivo, acreditando sempre em meu potencial, que fizeram com que eu não desistisse em nenhum momento ao longo dessa jornada nada fácil.

À minha orientadora, Risolene Alves, por ser um anjo, que mesmo quando pensei em desistir de tudo, na hora do desespero, esteve ao meu lado e não deixou isso acontecer. Por toda orientação, paciência, dedicação e confiança depositada em mim. A todos os professores que se fizeram presentes em minha vida, passando todo conhecimento da melhor forma possível, contribuindo assim para o meu crescimento pessoal e profissional.

A todos os amigos que a universidade me presenteou, em especial a Thales, Luana, Fernanda e Marina, sempre levarei vocês comigo.

A todos os meus amigos que sempre estiveram torcendo por mim, em especial Danielle, Henrique, Wildymara, Luciano, Francinete e Célia. Por todo incentivo e por sempre acreditarem no meu potencial.

Enfim, a todos que acreditaram e torceram por mais essa conquista. Meu muito obrigada!

*"Fiz o melhor que pude na corrida,  
cheguei até o fim, conservei a fé."  
2 Timóteo 4:7*

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar qual o segmento de empresas listadas na B3, considerado de alto potencial poluidor, que mais evidencia informações ambientais de acordo com a NBC T-15 no período de 2006 a 2017. A amostra da pesquisa é formada por 36 empresas listadas na B3, as quais compõem o grupo de alto impacto poluidor, conforme a Lei nº 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Para consecução do objetivo desta pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo para examinar a evidenciação de informações referentes à interação da entidade com o meio ambiente nos Relatórios de Administração, Relatórios de Sustentabilidade e Notas Explicativas das empresas estudadas, no período de 2006 a 2017. Os resultados demonstraram que o segmento que mais evidencia informações conforme a NBC T-15 é o de papel e celulose, visto que o mesmo apresentou a melhor média, com 55,38% de divulgação de informações, o que representa 319 informações evidenciadas das 576 possíveis. Por outro lado, o segmento que menos evidenciou foi o de Transportes, terminais, depósitos e comércio, com 27,08%, o que representa 234 informações evidenciadas das 864 possíveis. Constatou-se ainda que o item mais evidenciado nos relatórios das empresas analisadas foi a “Preservação Ambiental”.

**Palavras chaves:** Alto potencial poluidor; Informações ambientais; NBC T-15.

## ABSTRACT

The present research had as objective investigate the segment of listed companies in B3, considered a high potential polluter, which further evidence environmental information in accordance with NBC T-15 in the period from 2006 to 2017. The survey sample is made up of 36 stock companies traded on B3, which make up the high-impact polluting group, in accordance with Law No. 10,165 / 2000, which provides for the National Environmental Policy. In order to achieve the objective of this research, we used content analysis to examine the disclosure of information regarding the entity's interaction with the environment in the Management Reports, Sustainability Reports and Explanatory Notes of the companies studied, from 2006 to 2017. The result showed that the segment that most evidences information according to NBC T-15 is paper and pulp, since it presented the best average, with 55.38% information disclosure, representing 319 information evidenced from the 576 possible. On the other hand, the segment that showed the least evidence was Transportation, terminals, warehouses and commerce, with 27.08%, which represents 234 information evidenced from the possible 864. It was also verified that the item most evidenced in the reports of the analyzed companies was the "Environmental Preservation", related to item 2 of NBC T-15 - Investments and expenses with the preservation and / or recovery of degraded environments, with 17,42%.

**Keywords:** High polluting potential; Environmental information; NBC T-15.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência dos termos pesquisados.....	22
Tabela 2 - Nível de evidenciação de 2006 a 2017 .....	23
Tabela 3 - Ranking das empresas com maior evidenciação ambiental.....	23
Tabela 4 - Evidenciação percentual médio das empresas .....	25

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empresas de alto potencial poluidor .....	19
Quadro 2 - Elemento de divulgação segundo a NBC T-15 .....	20

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DINSA – Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

RA – Relatório de Administração

RS – Relatório de Sustentabilidade

NE – Notas Explicativas

ED – Elemento de Divulgação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 Tema e problema de pesquisa .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Objetivo .....</b>	<b>11</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	11
1.2.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Evidenciação das informações ambientais .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T-15.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 Estudos Anteriores .....</b>	<b>15</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 Classificação da Pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 População e Amostra.....</b>	<b>18</b>
<b>3.3 Coleta de Dados .....</b>	<b>20</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e problema de pesquisa

Atualmente a responsabilidade ambiental das organizações produtivas tem sido tema de diversas discussões, visto que uma parte da sociedade se tornou mais exigente com a origem e a sustentabilidade dos produtos consumidos. Além disso, as empresas têm sido cobradas quanto à responsabilidade com a utilização dos recursos naturais e os impactos ambientais de sua atividade (DI DOMENICO; TORMEM; MAZZIONI, 2017).

Dentre os principais impactos ambientais causados pelas empresas poluidoras, estão rompimento de barragens, a contaminação de rios, mares, lagos, e também do solo, e o descarte irregular de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos). O nível desse impacto é classificado segundo o anexo VIII da Lei 10.165/2000, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, como de pequeno, médio e alto impacto ambiental. A classificação ocorre em função dos riscos potenciais que cada empresa tem que lidar em sua atividade econômica.

Tendo em vista a preocupação com as questões relacionadas com o meio ambiente e a necessidade de maior transparência das informações ambientais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, em 2004, a Resolução 1.003/04 - NBC T-15 - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica, estabelecendo procedimentos para divulgação de informações de natureza social e ambiental (BARBOSA et.al., 2014).

A NBC T-15 aborda algumas das informações que devem constar nas demonstrações contábeis, a saber: (i) a geração e distribuição de riquezas; (ii) recursos humanos; (iii) interação da entidade com o ambiente externo; e (iv) interação com o meio ambiente. Para tanto, Faria e Pereira (2009) afirmam que existem normas e certificações utilizadas, como o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, porém o conteúdo sobre o que deve ser tratado nas demonstrações é orientado pela NBC T-15.

Segundo Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) os relatórios de evidenciação tornam-se importantes instrumentos para informar a sociedade e demais interessados sobre a responsabilidade e conscientização da gestão de recursos

naturais e o seu uso racional bem como funcionam como mecanismo de avaliação dos custos e benefícios provenientes das ações socioambientais desempenhadas pela empresa (HOLANDA et al., 2012).

Contudo, vale destacar que pelo fato da divulgação das informações ambientais não serem obrigatórias, a decisão de divulgá-las ou não, é de natureza gerencial e pode ser explicada pela Teoria da Divulgação Voluntária, a qual parte da premissa de que as organizações demonstrarão apenas as informações positivas, omitindo dados que prejudiquem a sua imagem (BONFIM et.al., 2015).

Corroborando, Cunha e Ribeiro (2008) afirmam que a divulgação voluntária de informações de natureza social é endógena e explicada por determinadas características da própria companhia tais como o porte, desempenho e práticas de governança corporativa. Por outro lado, existem evidências teóricas de que as empresas se limitam às exigências de divulgação legais e regulamentares alegando proteção às informações estratégicas.

Já Souza, Rásia e Jacques (2010) mencionam que a divulgação voluntária de informações ambientais tornou-se rotina em muitas organizações, não só para cumprir regulamentações, mas sobretudo para expor a preocupação ambiental e a responsabilidade social da empresa. Visto que, a evidenciação dessas informações vem ao encontro de objetivos e princípios da contabilidade, dado que ela também está de acordo com os princípios de responsabilidade social corporativa, que prega a ética na condução dos negócios, a transparência no relacionamento com os *stakeholders* e o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

A partir do contexto apresentado, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual segmento de empresas listadas na B3, considerado de alto potencial poluidor, mais evidenciou informações ambientais de acordo com a NBC T-15 no período de 2006 a 2017?**

## 1.2 Objetivo

### 1.2.1 Objetivo Geral

Diante do problema exposto, este trabalho tem como objetivo geral: Investigar qual o segmento de empresas listadas na B3, considerado de alto potencial poluidor,

que mais evidenciou informações ambientais de acordo com a NBC T-15 no período de 2006 a 2017.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Definido o objetivo geral, apresentam-se os objetivos específicos da pesquisa:

- a. Identificar as informações ambientais nas demonstrações contábeis das empresas consideradas de alto potencial poluidor listadas na B3;
- b. Verificar o cumprimento da NBC T-15, através das demonstrações contábeis das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3 (Notas Explicativas, Relatórios de Sustentabilidade e Relatório de Administração).

### 1.3 Justificativa

Considerando a necessidade, cada vez maior, de demonstrar as práticas relacionadas ao meio ambiente, estudos anteriores afirmam as empresas mostram-se mais dispostas a contribuir com a preservação ambiental, amenizando os impactos ambientais causados por suas atividades (BARBOSA et al, 2014).

Nesse sentido, é necessária a divulgação de informações ambientais por meio de relatórios contábeis, já que tais informações são capazes de impactar na situação econômica e financeira de uma empresa, bem como transmitir uma imagem positiva perante o mercado de capitais, clientes, fornecedores e sociedade.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar se as empresas de alto potencial poluidor estão preocupadas com as questões ambientais, o gerenciamento dos impactos causados e com a devida divulgação dessas informações.

Justifica-se ainda por tratar de uma temática que, embora bastante discutida, apresenta uma lacuna no tocante a análise das empresas categorizadas, segundo a lei 10.165/2000 como de alto impacto poluidor, em relação ao volume de informações ambientais evidenciadas de acordo com NBC T-15. A maioria dos trabalhos observados limita-se a análise de um único setor como o de Faria e Pereira (2009) e Barbosa et al. (2014).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evidenciação das informações ambientais

Embora no Brasil tenha ocorrido uma evolução no aspecto legal que regulamenta a interação das empresas com o meio ambiente, por meio das diversas leis e resoluções acerca da preservação ambiental que são coordenadas principalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, através das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (SOUSA; RÁSIA; JACQUES, 2010), não há uma lei que obrigue a evidenciação de informações dessa natureza.

No entanto, Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015) ressaltam que além das informações econômico-financeiras, existe também o interesse da sociedade por informações de cunho não financeiro, pois a divulgação de tais informações constitui uma ferramenta importante para que uma empresa se diferencie das demais na forma de apresentar seu desempenho, suas estratégias e diferenciais competitivos (CUNHA; RIBEIRO, 2008).

Souza, Rásia e Jacques (2010) salientam que a demonstração das informações ambientais contribui para a transparência do comportamento empresarial e a correta análise da organização, uma vez que, através dela, torna-se possível identificar e mensurar a real situação patrimonial da entidade, bem como os riscos inerentes ao negócio.

Neste sentido, a contabilidade, ao registrar, mensurar e interpretar os eventos internos e externos das ações empresariais contribui para a descrição e evidenciação das informações ambientais. Enfim, a divulgação de informações pela contabilidade merece especial atenção, pois desempenha um papel fundamental na administração do conflito de interesses e na redução da assimetria informacional existente entre o agente e principal (CUNHA; RIBEIRO, 2008).

Sob este aspecto, Verrechia (2001) sugere três grandes categorias de divulgação voluntária: (i) divulgação baseada em associação, que investiga as relações entre a divulgação e as alterações nas ações dos investidores; (ii) divulgação baseada em julgamento, que investiga como os administradores e/ou empresas exercem a escolha entre divulgar ou não uma informação sobre a qual eles tenham conhecimento; e (iii) divulgação baseada em eficiência, que investiga qual conjunto de divulgação é preferido na ausência de conhecimento anterior da informação.

Segundo Barbosa et al. (2014) a evidenciação das questões ambientais por parte das empresas pode ser positiva ou negativa, muito embora elas apresentem certas tendências em priorizar as informações positivas, apresentando um diferencial aos seus usuários, enquanto as informações negativas, de alguma forma, acabam sendo omitidas e justificadas pela ausência de legislação que as obriguem a devida divulgação.

## **2.2 Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T-15**

De acordo com Barbosa et al. (2014) diante da falta de padronização sobre a evidenciação das informações ambientais pelas empresas brasileiras, ainda que sem o caráter coercitivo de lei, em 2004 foi aprovada a Resolução 1.003 do CFC, estabelecendo a NBC T-15, a qual criou a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA).

Esta resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, estabelecendo procedimentos a serem seguidos pelas empresas para evidenciar as informações sociais e ambientais que devem ser divulgadas de forma complementar às demonstrações contábeis, com o objetivo de transmitir à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Conforme a NBC T-15 (CFC, 2004) entende-se por informações de natureza social e ambiental “a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; e a interação com o meio ambiente”.

À respeito da geração e distribuição de riquezas, a empresa deve demonstrar toda riqueza gerada e distribuída pela entidade, conforme a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Nas informações referentes aos Recursos Humanos devem constar dados de remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. No que se refere a interação da entidade com o ambiente externo devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

Concernente aos fatos ambientais que tratam da interação da entidade com o meio ambiente, foco da presente pesquisa, a NBC T-15 ressalta que devem ser evidenciados: a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou

recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais.

Porém nem todas as empresas divulgam a demonstração determinada pela NBC T-15, o que mostra que há uma necessidade de uma lei que as obrigue a divulgar as informações, para que haja maiores esclarecimentos dos gastos e investimentos sociais e ambientais.

### **2.3 Estudos Anteriores**

Na perspectiva de analisar o nível de divulgação das informações ambientais, várias pesquisas foram realizadas a partir da NBC T-15 (VIEIRA; FARIA, 2007; FARIA; PEREIRA, 2009; BEUREN et al., 2010; TEIXEIRA; SILVA; PEREIRA, 2012; BARBOSA et al., 2014; BARCELOS et al., 2015; MELLO; HOLLNAGEL; CEI, 2016; VASCONCELOS; PIMENTEL, 2017).

Em Vieira e Faria (2007) o objetivo foi verificar o nível de evidenciação de informações de responsabilidade social das 14 maiores empresas do segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira que publicaram suas demonstrações contábeis em 2005. Os autores concluíram que apesar da escassez de normas sobre responsabilidade social, mesmo que não evidenciando com clareza, as empresas preocupam-se com a questão social.

Faria e Pereira (2009) realizaram um estudo com o objetivo de analisar se as maiores empresas brasileiras do segmento de papel e celulose, nos anos de 2006 a 2008, evidenciavam as informações de responsabilidade social conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T-15. Os resultados constataram que os relatórios ou *websites* analisados carecem de informações quantitativas que comprovem ou refutem as informações qualitativas de caráter socioambiental.

Pesquisa realizada por Beuren et al. (2010) objetivou averiguar se a evidenciação social no relatório da administração e nas notas explicativas de 23 empresas de capital aberto listadas na Revista “Exame 150 Melhores Empresas para

Você Trabalhar” estava adequada às recomendações da NBC T-15, comparando o exercício social de 2005, ano anterior, e o exercício social de 2007, ano posterior à entrada em vigor da referida norma. Os resultados da pesquisa mostram que, quando analisada a categorização da evidenciação social das empresas, podendo ela ser de forma completa (IC), incompleta (II) ou ausente (IA), a última categoria predominou, usando como parâmetro o preconizado na NBC T-15. Observou-se, ainda, que em relação ao nível de adequação da evidenciação social às recomendações da NBC T-15, há predomínio da classificação regular, pois quatro empresas obtiveram conceito insuficiente de evidenciação, doze tiveram conceito regular, seis obtiveram conceito bom e uma empresa obteve conceito ótimo.

O estudo de Teixeira, Silva e Pereira (2012) teve como objetivo investigar quais são as informações socioambientais demonstradas nos relatórios publicados pelas maiores empresas de capital aberto, com base no critério valor de mercado, e que estão seguindo às recomendações da NBC T-15 – informações de Natureza Social e Ambiental. Os achados da pesquisa revelaram que nenhuma empresa pesquisada publicou qualquer demonstração contábil denominada como Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA), e 63% das empresas estudadas não evidenciam o nome do responsável pelas informações de natureza socioambiental conforme recomenda a NBC T-15. Com relação às informações de cunho negativo, os achados revelaram que 05 (cinco) dos 12 (doze) indicadores de cunho negativo proposto pela NBC T-15 só foram evidenciados por uma única organização, sendo três deles voltados para o meio ambiente.

Barbosa et al. (2014) analisaram as empresas do setor de papel e celulose que tiveram ações negociadas da bolsa de valores (BM&FBOVESPA) no período de 2006 a 2010, objetivando averiguar se as empresas do referido setor divulgam informações ambientais relativas à interação da entidade com o meio ambiente, observando o cumprimento da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T-15. As evidências demonstraram que elas divulgam parcialmente, pois apresentam apenas os ativos ambientais, deixando de informar os passivos ambientais. Além disso, constatou-se que o item investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente apresentou maior evidenciação por partes das empresas; já os itens quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, e, valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente não foram evidenciados.

A pesquisa de Barcelos et al. (2015) teve como objetivo analisar como a empresa Natura define suas práticas responsáveis relativas ao meio ambiente e como evidencia suas informações ambientais, nas Demonstrações Financeiras Anuais completas e relatório GRI, a partir da NBC T-15. Os resultados encontrados mostram que as classificações e alocações pertinentes aos bens, direitos e obrigações descritos pela entidade cumprem a finalidade principal de preservar e proteger o meio ambiente, bem como está apta a gerar benefícios econômicos, embora não disponha de um plano de contas exclusivamente ambiental.

Com o objetivo de contribuir para uma reflexão a respeito da importância que a Contabilidade Ambiental vem ganhando na sociedade brasileira, frente à extensão das informações que são evidenciadas pelas empresas, Mello, Hollnagel e Cei (2016) analisaram o grau de evidenciação das informações de natureza ambiental das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de maneira contínua, desde sua criação, frente ao disposto no normativo do CFC. Analisando as demonstrações contábeis de Cemig, CPFL Energia, Eletropaulo e Tractebel Energia entre 2006 e 2014, os autores perceberam uma evolução da evidenciação de informações socioambientais. Os resultados mostram que o elemento mais evidenciado foi o referente a investimentos e gastos com outros projetos ambientais e a menor evidenciação está na quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, que pode ser explicado pelo caráter não coercitivo de lei da NBC T-15, não atendendo plenamente as demandas das partes interessadas.

Recentemente, Vasconcelos e Pimentel (2017), analisaram 24 relatórios socioambientais, publicados em 2016 pelas companhias do setor de energia elétrica que participaram da iniciativa “Relate ou Explique para o Relatório de Sustentabilidade ou Integrado 2016” da BM&FBOVESPA, com o objetivo de investigar como essas empresas estavam reportando os conteúdos de caráter ambiental em seus relatórios socioambientais, tendo como parâmetro as recomendações estabelecidas pela NBC T-15. Os resultados demonstraram que a forma de evidenciação do tipo declarativa ainda é preponderante nos relatórios socioambientais e concluiu-se através dos índices de *disclosure* encontrados que as empresas investigadas apresentam um baixo nível de conformidade em relação às diretrizes ambientais emanadas pela NBC T-15.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que foram analisadas as características de divulgação de informações, de acordo com a NBC T-15, das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. Segundo Beuren e Raupp (2004), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno.

Quanto aos procedimentos é considerada uma pesquisa documental e bibliográfica. É documental pois analisou os Relatórios de Administração (RA), os Relatórios de Sustentabilidade (RS) e as Notas Explicativas (NE) das empresas de alto potencial poluidor; e bibliográfica visto que utiliza-se da contribuição de vários autores sobre a temática do estudo para a construção do referencial teórico.

Quanto à abordagem do problema, é classificada como qualitativa, tendo em vista que a pesquisa buscou investigar qual o segmento de empresas listadas na B3, considerado de alto potencial poluidor, que mais evidencia informações ambientais de acordo com a NBC T-15. De acordo com Beuren e Raupp (2004, p. 91) a pesquisa qualitativa “pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

#### **3.2 População e Amostra**

O universo da pesquisa corresponde as 39 empresas listadas na B3 consideradas de alto potencial poluidor, de acordo com o anexo VIII da lei 10.165/2000 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente. Todavia, a amostra final compreende 36 destas empresas, visto que não foram encontrados os relatórios necessários para mensuração das informações das empresas Dommo, Cosan e Petrobrás. Vale destacar que existem duas empresas Petrobrás diferentes, a Petrobrás e Petrobrás BR.

O quadro 1 apresenta as empresas selecionadas para a pesquisa.

Quadro 1 - Empresas de alto potencial poluidor

Potencial Poluidor	Setores da Lei nº 10.165/2000	Setores da B3	Empresas
Alto	Extração e tratamento de minerais	Minerais Metálicos	Bradespar
			Litel
			MMX Mineração e Metalicos S.A
			Vale S.A
	Indústria Metalúrgica	Artefato de Ferro e Aço	Fibam
			Mangels Indl
			Panatlantica
			Tekno
		Artefato de Cobre	Parapanema
		Siderúrgica	Ferbasa
			Gerdau
			Gerdau Met
			Sid Nacional
			Usiminas
	Papel e Celulose	Papel e Celulose	Celul Irani
			Fibria
			Klabin S/A
			Santher
			Suzano Hold
			Suzano Papel
	Industria Química	Petroquímico	Braskem
			Elekeiroz
			GPC Part
		Fertilizantes e Defensivos	Fer Heringer
			Nutriplant
		Químico Diversos	Cristal
			Unipar
	Transporte, terminais, depósitos e comércio	Exploração, Refinação e Distribuição	CosanLtd
OGX Petroleo			
Petrorio			
Petrobras BR			
QGEP Part			
Pet Manguinh			
Ultrapar			
Equipamentos e Serviços		LupatechS.A	
		OSX Brasil	

Fonte: Adaptado de Santos (2016).

O grupo de empresas de alto potencial poluidor foi escolhido para esta pesquisa pois trata-se de um grupo que possui uma maior propensão de causar riscos ambientais, uma vez que estão classificadas como empresas de alto potencial poluidor, segundo o anexo VIII da lei 10.165/2000.

### 3.3 Coleta de Dados

A coleta dos dados deu-se através do *site* da B3, analisando-se as notas explicativas, relatórios de administração e relatórios de sustentabilidade dos anos 2006 a 2017, haja vista que a NBC T-15 passou a ser obrigatória em 2006. Para a coleta dos dados foram pesquisadas palavras chaves nos relatórios analisados, tais como: “ambient”, “invest”, “preserv/ recuper”, “educação”, “comunidade”, “projeto”, “processo”, “multa/ indeniz”, “conting”.

Os procedimentos de coleta e análise dos dados seguiram como base o trabalho de Barbosa et al. (2014), no qual os autores elaboraram um *checklist* (Quadro 2) contendo os requisitos de divulgação conforme a NBC T-15. Os elementos da NBC T-15 analisados são referentes à interação da entidade com o meio ambiente.

**Quadro 2 - Elemento de divulgação segundo a NBC T-15**

<b>Elemento de Divulgação</b>	<b>Definição da variável em análise</b>
ED. 1	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.
ED. 2	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
ED. 3	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.
ED. 4	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade
ED. 5	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais
ED. 6	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.
ED. 7	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.
ED. 8	Passivos e contingências ambientais

Fonte: Adaptado de Barbosa et al. (2014).

Para cada atributo exigido pela NBC T-15, foi atribuída uma codificação, sendo utilizado “0” para informações não disponibilizadas e “1” para informações disponibilizadas.

Logo em seguida os dados coletados foram organizados em planilhas de *Excel*, a fim de proporcionar uma análise detalhada das informações. Tal análise ocorreu em função da evidenciação dos requisitos listados no Quadro 2, publicados pelas empresas da amostra, o que viabilizou a apresentação dos resultados através da elaboração de tabelas e gráficos.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise das notas explicativas, dos relatórios da administração e dos relatórios de sustentabilidade, foram identificados 1441 vezes os termos utilizados como referência para extrair as informações ambientais, segundo a NBC T-15, que trata da interação da entidade com o meio ambiente (preservação ambiental; projetos ambientais; processos; investimentos ambientais; contingências ambientais; educação ambiental para colaboradores; educação ambiental para comunidade; multa e indenizações ambientais).

De acordo com a aplicação do *checklist* (Quadro 2), fundamentado na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15, verificou-se que, dos quesitos avaliados, as informações sobre preservação ambiental (ED. 2) foi a que apresentou maior frequência de evidenciação, com 17,42%, seguido de projetos ambientais (ED. 5), com 16,24%. Por outro lado, a informação menos evidenciada foi sobre multa e indenizações, com 5,27%.

**Tabela 1 - Frequência dos termos pesquisados**

<b>Informações evidenciadas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
ED. 2 - Preservação Ambiental	251	17,42%
ED. 5 - Projetos Ambientais	234	16,24%
ED. 6 – Processos	224	15,54%
ED. 1 - Investimentos Ambientais	221	15,34%
ED. 8 - Contingências Ambientais	185	12,84%
ED. 3 - Educação para colaboradores	130	9,02%
ED. 4 - Educação para comunidade	120	8,33%
ED. 7 - Multa e Indenizações Ambientais	76	5,27%
<b>Total</b>	<b>1441</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Esse resultado se alinha ao argumento de Verrecchia (2001), que com o objetivo de ampliar o valor de mercado da empresa, existe uma propensão das organizações em divulgarem apenas as notícias favoráveis, enquanto tendem a ocultar ou retardar as informações de efeito negativo. Sousa et al. (2014) mencionam que a baixa evidenciação de informações dessa natureza ocorre em virtude da existência de um possível conflito de interesses e expectativas de uma redução de ganhos por parte dos acionistas/investidores.

A Tabela 2 mostra a quantidade de informações ambientais evidenciadas por todas as empresas, em cada ano. Percebe-se que o ano de 2013 teve maior nível de

evidenciação, com 143 informações encontradas, enquanto 2008 apresentou o menor nível, com 101 informações evidenciadas, obtendo uma média anual de 120,08 informações. Pode-se observar, ainda, que há uma oscilação na quantidade de informações disponíveis, contudo há uma certa tendência de crescimento, excluindo-se os dois últimos anos, que apresentam uma redução de informações disponíveis.

**Tabela 2 - Nível de evidenciação de 2006 a 2017**

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média
Qtd. de Informações	105	102	101	109	128	127	132	143	131	138	119	106	120,08

Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

Assim, percebe-se que esse comportamento caminha na mesma direção das evidências empíricas fornecidas no trabalho de Sampaio (2012), que identificou a elevação no nível de evidenciação nos indicadores ambientais em consonância com os procedimentos fixados pela Norma Brasileira de Contabilidade T-15 entre os anos 2005 e 2009.

Em relação às empresas analisadas, a Tabela 3 apresenta o *Ranking* destas em função do volume de informações evidenciadas, segundo a NBC T-15, no tocante a interação da entidade com o meio ambiente.

**Tabela 3 - Ranking das empresas com maior evidenciação ambiental (continua)**

Empresa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Petrobras BR	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	7	95
Vale S.A	6	8	8	8	8	5	8	8	7	7	7	8	88
Usiminas	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5	5	79
Ferbasa	6	7	5	5	8	8	6	8	8	7	5	5	78
Celul Irani	5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5	0	73
Gerdau	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	72
Braskem	5	5	6	5	6	6	6	6	6	6	5	6	68
Suzano Papel	7	7	6	6	4	4	6	6	6	6	5	4	67
Fibria	3	3	2	6	7	7	7	7	7	7	5	5	66
Klabin S/A	3	4	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	65
Cristal	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	3	2	65
Sid Nacional	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	60
MMX Mineração	6	4	4	3	4	4	5	8	4	5	4	4	55
Ultrapar	3	0	6	7	4	5	5	5	5	5	5	5	55

**Tabela 3 - Ranking das empresas com maior evidenciação ambiental (continuação)**

<b>Empresa</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Total</b>
Paranapanema	4	6	3	4	4	4	4	3	2	7	5	5	51
Gerdau Met	7	0	0	0	5	5	5	5	5	5	5	5	47
Unipar	3	5	3	3	3	3	3	3	3	6	6	6	47
Elekeiroz	0	0	2	3	5	5	5	5	5	5	3	3	41
QGEP Part	0	0	0	0	5	5	5	5	5	3	4	4	36
Fer Heringer	0	3	0	0	2	3	4	4	4	5	5	4	34
Santher	2	3	3	3	0	3	3	3	3	3	0	0	26
Bradespar	2	2	2	3	2	1	3	1	1	1	3	3	24
Nutriplant	0	0	0	2	2	4	4	4	4	4	0	0	24
Mangels Indl	4	2	2	3	2	2	2	3	2	1	0	0	23
Suzano Hold	2	1	1	0	1	6	2	2	2	2	3	0	22
GPC Part	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	16
CosanLtd	0	0	0	0	6	0	2	2	0	2	2	2	16
Petrorio	0	0	0	0	1	0	0	0	3	2	3	4	13
Litel	2	1	1	1	2	0	0	0	0	0	2	2	11
OGX Petroleo	0	0	0	0	0	0	0	3	2	2	2	0	9
OSX Brasil	0	0	0	0	0	0	0	5	1	1	1	0	8
Tekno	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	4
LupatechS.A	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Panatlantica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Fibam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>102</b>	<b>101</b>	<b>109</b>	<b>128</b>	<b>127</b>	<b>132</b>	<b>143</b>	<b>131</b>	<b>138</b>	<b>119</b>	<b>106</b>	<b>1441</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

Observa-se a Petrobrás BR como a primeira do *ranking*, por apresentar todas informações recomendadas pela NBC T-15, em todos os anos estudados, exceto em 2017, no qual deixou de apresentar a informação referente à ED. 4 – Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade. De acordo com Ribeiro, Bellen e Carvalho (2010), o nível de evidenciação de informações ambientais das companhias de petróleo reage aos estímulos regulatórios de seu país de origem. Por conseguinte, a intervenção desse agente regulador acaba por impulsionar as companhias desse setor a prestar contas à sociedade.

Diante desse contexto, comprova-se a eficácia da implantação de instrumentos regulatórios com a finalidade de aumentar a transparência ambiental, isto é, a quantidade de informações ambientais divulgadas pelas companhias.

Por outro lado, pode-se observar a Fibam, última empresa do *ranking*, em cujos relatórios não foram evidenciadas nenhuma das informações relacionadas ao meio ambiente, conforme a NBC T-15, durante o período analisado. Corroborando assim,

com Bazani e Leal (2014), os quais identificaram que as companhias não possuem um alto grau de evidenciação das informações contábeis de caráter ambiental.

A tabela 4 aponta a classificação dos setores considerados de alto impacto poluidor das empresas listadas na B3, no que se refere à média de informações anuais divulgadas pelas empresas que o constitui. O setor de Papel e Celulose foi o setor que apresentou maior média de divulgação, enquanto o setor de Transporte, terminais, depósitos e comércio apresentou a menor média.

**Tabela 4 - Evidenciação percentual médio das empresas**

Setores da Lei nº 10.165/2000	Nº de empresas	Quantidade de informações possíveis	Quantidade de informações obtidas	Média por empresa	% de Evidenciação por Setor
Papel e Celulose	6	576	319	53,17	55,38%
Extração e tratamento de minerais	4	384	178	44,50	46,35%
Industria Química	7	672	295	42,14	44,90%
Indústria Metalúrgica	10	960	415	41,50	43,23%
Transporte, terminais, depósitos e comércio	9	864	234	26,00	27,08%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Apesar de ser o setor que apresentou a melhor média de divulgação, com 319 informações evidenciadas das 576 possíveis, o que representa 55,38% do total das informações, as empresas do setor de Papel e Celulose ainda deixaram de divulgar informações de caráter ambiental, assemelhando-se às evidências de Barbosa et al. (2014), que observaram que as empresas do setor de papel e celulose divulgam parcialmente essas informações, pois apresentam apenas os ativos ambientais, deixando de informar os passivos ambientais.

Esse comportamento se perpetua desde o período compreendido entre 1998 a 2006, visto que o resultado do estudo de Pires e Silveira (2008) identificou apenas uma pequena participação da Contabilidade nesse processo de *disclosure*, uma vez que as informações relacionadas ao tratamento contábil das variáveis ambientais, como passivo, provisões, contingências ambientais e custos ambientais são as que aparecem com menor frequência.

O setor de Transportes, terminais, depósitos e comércio foi o que apresentou menor média, onde observam-se 234 informações evidenciadas das 864 possíveis, representando, com isso, 27,08% do total. Esse resultado mostra que o setor deixou de informar mais de dois terços das informações possíveis. O baixo nível de

evidenciação ambiental por essas empresas condiz com a realidade brasileira, onde não existe, ainda, uma lei que obrigue as organizações a divulgarem tais informações.

Vale ressaltar que a falta de divulgação de informações de caráter ambiental por parte de algumas empresas pode não ser estratégia, a empresa pode também não apresentar nenhuma informação referente às suas práticas para divulgar.

De forma geral as informações ambientais contribuem para a melhoria da percepção da imagem institucional. Porquanto, a evidenciação dessas informações reafirma o compromisso da entidade com o desenvolvimento sustentável. Souza, Rásia e Jacques (2010) ressaltam que a divulgação voluntária de informações ambientais sugere a preocupação ambiental e a responsabilidade social da empresa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar o segmento de empresas considerado de alto potencial poluidor, listadas na B3 que mais evidencia informações ambientais de acordo com a NBC T-15, no período de 2006 a 2017. A amostra da pesquisa compreende 36 empresas consideradas de alto potencial poluidor, listadas na B3, de acordo com o anexo VIII da lei nº 10.165/2000.

Através dos resultados encontrados conclui-se que o segmento de atuação das empresas, o que mais evidencia informações ambientais em seus relatórios é o de papel e celulose, visto que o setor apresentou a melhor média de divulgação, de 55,38%, representando 319 informações evidenciadas das 576 possíveis, o que fornece resultados consistentes com outras pesquisas mencionadas.

O setor que menos evidenciou informações ambientais em seus relatórios foi o de Transporte, terminais, depósitos e comércio, com 27,08%, representando 234 informações evidenciadas das 864 possíveis, o que implica dizer que as empresas deixaram de informar mais de dois terços das informações possíveis.

A empresa que mais se destaca é a Petrobras, por demonstrar em seus relatórios todas as informações da NBC T-15 referentes a interação com o meio ambiente, em todos os anos estudados, exceto em 2017. Por sua vez, a empresa que menos apresenta essas informações é a Fibam, que não disponibilizou em seus relatórios informações referentes a interação com o meio ambiente, de acordo com a NBC T-15, em nenhum dos anos analisados.

Vale destacar que os resultados mencionados podem ter sofrido influências de algumas limitações ocorridas no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, tais como o fato que não foram encontrados os relatórios de algumas empresas; a não disponibilização de informações referentes às práticas ambientais por algumas empresas, visto que não há obrigatoriedade de divulgação dessas informações; e a subjetividade recorrente da análise de conteúdo, bem como a falta de padronização dos relatórios.

Os resultados dessa pesquisa apontam tanto para a necessidade de uma maior discussão com relação à regulação da evidenciação de informações socioambientais, visto que as empresas tendem a divulgar mais quando pressionadas por instrumento regulador, quanto uma padronização que possibilite análises mais seguras para

processo decisório de investidores e outras partes interessadas, já que as empresas não apresentam regularidade na divulgação de informações ambientais.

Ressalta-se ainda que a falta de divulgação de informações por parte de algumas empresas não necessariamente é estratégia da companhia, pode acontecer de não existir a informação a ser disponibilizada.

A partir desse estudo observa-se a necessidade de discussões sobre a padronização no que diz respeito a evidenciação de informações socioambientais de forma mais transparente e comparável. Sugere-se como proposta para estudos futuros confrontar o desempenho econômico e financeiro dessas empresas em função dos investimentos realizados por elas.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. S.; SILVA, R. P. A.; OLIVEIRA, A. T. A.; REZENDE, I. C. C. Evidenciação das informações ambientais segundo a NBC T-15: Um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. In: REUNIR: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, vol. 4, n. 1, p. 19-41, 2014, João Pessoa.

BARCELOS, D. P.; TASSIGNY, M. M.; CARLOS, M. G. O.; BIZARRIA, F. P. A.; FROTA, A. J. A. Evidenciação ambiental à luz da NBC T 15: o caso da Natura. **AOS – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, vol. 4, n. 2, p. 127-146, 2015, Fortaleza.

BAZANI, C. L.; LEAL, E. A. Nível de Evidenciação das Informações Contábeis Ambientais e o Grau de Aderência aos Indicadores GRI: um estudo comparativo com empresas de três segmentos. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 6, n. 2, p. 89-108, 2014.

BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A. Adequação da evidenciação social das empresas de capital aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às recomendações da NBC T 15. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 8, p. 47-68, 2010. Universidade de São Paulo.

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**.v3, São Paulo: Atlas, 2006.

BM&FBOVESPA. Empresas Listadas: **Relatório de Sustentabilidade ou Similar**. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/institucional/sustentabilidade/nasempresas/relate-ou-explique/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/nasempresas/relate-ou-explique/)>. Acesso em: 05 de Mar de 2018.

BONFIM, R. F. F.; LUNA, T. A. U.; FILHO, J. M. D.; GOMES, S. M. S. Disclosure ambiental e desempenho financeiro: Um estudo nas empresas listadas no IBrX-100 da BM&FBOVESPA. In: Congresso Anpcont, n. 9.,2015, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.165**, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10165-27-dezembro-2000-353895-publicacaooriginal-103377-pl.html> > Acesso em: 10 de Abr. de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.003/04 - Aprova a NBC T 15** - Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração – Eletrônica**, vol. 1, n.1, p. 1-23, 2008.

DI DOMENICO, D.; TORMEM, D.; MAZZIONI, S. Nivel de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, p. 84-100, 2007.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R. S. Análise da evidenciação de informações socioambientais por empresas do segmento de papel e cellulose no Brasil, a partir da NBC T-15. In: Congresso Brasileiro de Custos, n. 16, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.

HOLANDA, A. P.; CARDOSO, V. I. C.; OLIVEIRA, J. D.; LUCA, M. M. M. Investimentos em responsabilidade social: Análise comparative das empresas concessionárias de serviços públicos e não concessionárias listadas no ISE, da BM&FBOVESPA. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, p. 26-34, 2012, Rio de Janeiro.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. Evidenciação ambiental Segundo a NBC T 15: Uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014. **Redeca**, v. 3, n. 2, p. 93-109, 2016, São Paulo.

PEREIRA, F. E.; LUZ, J. R. M.; CARVALHO, J. R. M. Evidenciação das informações ambientais das empresas do setor de energia elétrica do Brasil. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, n. 2, p. 60-72, 2015.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S. A. Evolução da Evidenciação das Informações Ambientais de Empresas do Setor de Celulose e Papel: Uma Análise de Conteúdo das Notas Explicativas e Relatórios de Administração. **Contexto**, Porto Alegre, v. 8, n. 13, jan./jun. 2008.

RIBEIRO, A. M.; BELLEN, H. M. V.; CARVALHO, L. N. G. Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental. **R. Cont. fin.**, v. 22, n. 56, p. 137-154, 2011, São Paulo.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; FILHO, J. M. D. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: Um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012, Blumenau.

SANTOS, L. M. S. **Fatores explicativos da evidenciação de informações ambientais das empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBovespa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB – João Pessoa, 2016.

SOUSA, C. B.; SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Valor de Mercado e Disclosure Voluntário: Estudo Empírico em Companhias Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6 n. 2, pp 94-115, 2014.

SOUZA, M. A.; RÁSIA, K. A.; JACQUES, F. V. S. Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial – ISE. **RC&C – Rev. Cont. e Controladoria**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 51-139, 2010.

SLEWINSKI, E.; GONÇALVES, M. N.; SANCHES, S. L. R. Determinantes da divulgação do relatório de sustentabilidade ou do relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa. In: Congresso Anpcont, n. 9, 2015, Curitiba - PR. **Anais...** Curitiba, Anpcont, 2015.

TEIXEIRA, C. M. D.; SILVA, A. P. F.; PEREIRA, J. Disclosure socioambiental conforme as orientações da NBC T-15: Um estudo realizado nas maiores empresas de capital aberto no Brasil. In: **Convibra Administração**, n. 8, 2012.

VASCONCELOS, M. L. D.; PIMENTEL, M. S. Evidenciação ambiental nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica do Brasil com base na NBC T 15. Recife – PE. **Anais...** Recife, Simpcont, 2017.

VERRECCHIA, R. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, 2001.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: Uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 1, p. 49-69, 2007, Blumenau.



## FORMULÁRIO IX

### DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Evidenciação de impactos ambientais segundo a NBC T-15: Um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listadas no 33.º período de 2006 a 2014.

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Autor(a): Andryelle Adelino Cabral

### AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DA MONOGRAFIA

Eu, Professor Rizdeme Alves de Menezes Araújo, autorizo o depósito da monografia do aluno Andryelle Adelino Cabral, matrícula 11326496. A apresentação do trabalho irá ocorrer no semestre 2017.2 com data a ser divulgada pela Comissão do TCC do curso de Ciências Contábeis.

João Pessoa, 18 de Maio de 2018

Professor(a): Rizdeme Alves de Menezes Araújo